



## **Ensino de Libras na formação inicial de professores dos cursos de licenciatura em Física: a obrigatoriedade por meio do Parecer CNE/CP nº2/2015**

**Tais Andrade dos Santos**

*Mestranda em Educação para a Ciência*

*Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Bauru*

*taisandradedossantos@gmail.com*

**Moacir Pereira de Souza Filho**

*Doutor em Educação para a Ciência*

*Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Presidente Prudente*

*moacir@fct.unesp.br*

### **RESUMO**

A língua Brasileira de Sinais (Libras) tornou-se obrigatória nas licenciaturas a partir da Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Apesar da obrigatoriedade já em 2002, esta política foi enfatizada e reformulada em mais dois documentos: Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e o Parecer CNE/CP Nº2/2015. Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama geral e discutir algumas implicações oriundas da obrigatoriedade, além das dificuldades, da implantação da Libras nas licenciaturas, com ênfase nas especificidades da disciplina para a licenciatura em Física. As especificidades apresentadas foram oriundas da natureza da ciência (Física,) devido ao fato de que a linguagem desta ciência, muitas vezes, não apresenta tradução literal para Libras, necessitando assim que o futuro professor ao terminar a graduação tenha que estar preparado para uma aula bilíngue (língua português e Libras). Outro ponto, neste caso em relação a formação de interpretes, é que estes não saberiam como atuar em sala de aula, visto que, geralmente, desconhecem o conteúdo de Física.

**Palavras-chave:** Ensino de Libras. Formação inicial de Professores.; Base Nacional Curricular Comum.

## **Teaching of Libras in the initial formation of teachers of undergraduate courses in Physics: the obligation through the Law CNE / CP nº 2 / 2015**

### **ABSTRACT**

The Brazilian language of Signals (LIBRAS) became compulsory in the degree programs from Law No. 10,436, of April 24, 2002, which provides for the Brazilian Language of Signals. Despite the obligation already in 2002, this policy has been emphasized and reformulated through two other documents: Decree No. 5,626, dated December 22, 2005 and CNE / CP Opinion No. 2/2015. This paper aims to present a general overview and discuss some implications arising from the obligation, besides the difficulties, the implantation of the pounds in the degrees, with emphasis on the specificities of the discipline for the degree in Physics. The specificities presented came from the nature of science (Physics,) due to the fact that the language of this science often does not present a literal translation for pounds, thus necessitating that the future teacher at the end of the graduation must be prepared for a class Bilingual (Portuguese language and pounds). Another point, in this case regarding the formation of interpreters, is that they would not know how to act in the classroom, and generally, they do not know the content of Physics.

**Keywords:** Libras. Teaching of Pounds for teachers training. Common national basis for teachers.

## 1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo dissertar sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras nas licenciaturas com ênfase na licenciatura em física e suas particularidades em relação à sala de aula.

Pensando na atuação profissional de um professor de Física e nos objetivos de por que ensinar esta ciência, há, segundo [Frazzio e Chaves \(2007\)](#), dois motivos complementares devido às necessidades de nosso mundo contemporâneo. O primeiro, é a formação de engenheiros e cientistas para o avanço do conhecimento científico, utilizando esse conhecimento para o desenvolvimento tecnológico do país. Já o segundo, remete à preparação da população para viver com desenvoltura e discernimento em ambientes impregnados de tecnologias, com ênfase naquelas que trazem uma relação com medicina e as modificações de clima e dos ecossistemas.

Sendo assim o ensino de Libras torna-se necessário a inclusão de alunos com deficiência, pois, a constituição de 1988 assegura que a formação intelectual, ou seja, a educação deve ser oferecida de forma igualitária para toda a população (assegurado como direito social).

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” ([BRASIL, 1988, Art 6º](#))

A Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2000, garante que os sistemas educacionais brasileiros, constituídos pelo sistema educacional federal, estadual e municipal, devem garantir na formação do professor, o ensino da Libras:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal, devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. ([BRASIL, 2005, Art. 4º](#))

Apesar da obrigatoriedade disposta pela lei, ainda em 2005 (Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005), foi necessária uma nova deliberação atestando a necessidade deste investimento em sala de aula. De forma mais detalhada, este Decreto abrange mais do que a formação docente, ele abrange a educação de forma geral, direito à saúde e o papel do poder público e das empresas que detém a concessão ou permissão de serviços públicos, expresso no Capítulo II - Da Inclusão da Libras como disciplina curricular desta mesma lei:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ([BRASIL, 2005, Art. 3º](#))

Apesar dos decretos e leis implantadas desde 2002, e o Decreto Lei nº 5626/05 ([BRASIL, 2005](#)), foram estabelecidos prazos e percentuais para a inclusão da disciplina Libras na Matriz Curricular dos cursos de cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia. O ensino obrigatório de Libras nas licenciaturas, apareceu apenas no ano de 2015, nas diretrizes que regulamentam o currículo de formação professores como forma de disciplina obrigatória tanto das resoluções por parte dos Estados (no caso, SP), quanto da União que colocam. A Resolução nº 2 / 2015, aprovada em 09/06/2015 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que trata o ensino de Libras desde a formação inicial à formação continuada. No Capítulo V da Formação Inicial do magistério da Educação Básica em Nível Superior: Estrutura e Currículo, o ensino de libras aparece como obrigatório, juntamente com os conhecimentos da respectiva área de habilitação e de áreas interdisciplinares e afins.

## 2 Delineamento metodológico: fonte de coleta de dados

Tendo em mente nosso objetivo que é o de “apresentar algumas implicações, além de discutir algumas dificuldades na formação do licenciando em Física, a partir obrigatoriedade da Libras”, buscamos o embasamento no trabalho de [Marconi e Lakatos](#) (2003) que apresentam, a importância de estudos preliminares:

Em primeiro lugar, exige-se estudos preliminares que permitirão verificar o estado da questão que se pretende desenvolver sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já elaborados [...] A finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados. ([MARCONI; LAKATOS, 2003, 215-224](#)).

Portanto, fez-se necessária a utilização de três descritores de referenciais distintos, envolvendo o objetivo dessa pesquisa (legislações, formação de professores e legislação que tratam sobre a inclusão do aluno com deficiência), sendo que, parte destes referenciais, podem encontrar-se em mais de uma categoria. O levantamento bibliográfico é de natureza exploratória, com o objetivo de conhecer o que vem sendo publicado no país em relação à temática desse trabalho. Foram pesquisadas as produções de teses, dissertações, artigos em periódicos e trabalhos completos em evento científico da área (Reuniões Anuais da ANPED e Congresso Brasileiro de Educação Especial) relacionadas ao objeto de estudo, no período de 2005 a 2010, esse período é um recorte temporal que compreende o período de implantação do Decreto.

## 3 Referencial metodológico

A presente pesquisa está pautada no procedimento teórico-metodológico, a abordagem qualitativa, do tipo exploratória Este trabalho tem como objetivo demonstrar algumas implicações na formação do licenciando em

Física a partir da obrigatoriedade da Libras, além das dificuldades da implantação da mesma. A pesquisa, neste caso, foi realizada de forma qualitativa de modo que “na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os insights e as informações provenientes da literatura, enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa” ([FLICK, 2009, p.62](#)).

Para compreender melhor os princípios em que se pauta a presente pesquisa, foi realizada uma revisão da literatura teórica sobre a temática em estudo. Esta metodologia foi incorporada a este trabalho por possibilitar compreender o que já é conhecido sobre o tema: quais as principais referências, os conceitos e as principais discussões sobre o assunto. A teoria, neste caso, “serve como orientação para restringir a amplitude dos fatos a serem estudados - a quantidade de dados que podem ser estudados em determinada área da realidade é infinita” ([MARCONI; LAKATOS, 2003, p.115](#)). Para isso, o trabalho focaliza os principais aspectos de cada metodologia, explorando suas limitações e principais características.

#### **4 Aprofundamento Teórico**

A presente pesquisa está pautada no procedimento teórico-metodológico, a abordagem qualitativa, do tipo exploratória. Este trabalho tem como objetivo demonstrar algumas implicações na formação do licenciando em Física a partir da obrigatoriedade da Libras, além das dificuldades da implantação da mesma. A pesquisa, neste caso, foi realizada de forma qualitativa de modo que “na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os insights e as informações provenientes da literatura, enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa” ([FLICK, 2009, p.62](#)).

Para compreender melhor os princípios em que se pauta a presente pesquisa, foi realizada uma revisão da literatura teórica sobre a temática em estudo. Esta metodologia foi incorporada a este trabalho por possibilitar compreender o que já é conhecido sobre o tema: quais as principais referências, os conceitos e as principais discussões sobre o assunto. A teoria, neste caso, “serve como orientação para restringir a amplitude dos fatos a

serem estudados - a quantidade de dados que podem ser estudados em determinada área da realidade é infinita” ([MARCONI; LAKATOS, 2003, p.115](#)). Para isso, o trabalho focaliza os principais aspectos de cada metodologia, explorando suas limitações e principais características.

#### 4.1 Obrigatoriedade do ensino de Libras na formação de professores

Tendo em mente nosso objetivo que é o de “apresentar algumas implicações, além de discutir algumas dificuldades na formação do licenciando em Física, a partir obrigatoriedade da Libras”, buscamos o embasamento no trabalho de [Marconi e Lakatos](#) (2003) que apresentam, a importância de estudos preliminares:

A inserção obrigatória da disciplina de Libras nos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil é mais uma peça na engrenagem que está constituindo o professor inclusivo, como um modo de vida contemporâneo ([SANTOS, 2016, p.1](#)).

Portanto, fez-se necessária a utilização de três descritores de referenciais distintos, envolvendo o objetivo dessa pesquisa (legislações, formação de professores e legislação que tratam sobre a inclusão do aluno com deficiência), sendo que, parte destes referenciais, podem encontrar-se em mais de uma categoria. O levantamento bibliográfico é de natureza exploratória, com o objetivo de conhecer o que vem sendo publicado no país em relação à temática desse trabalho. Foram pesquisadas as produções de teses, dissertações, artigos em periódicos e trabalhos completos em evento científico da área (Reuniões Anuais da ANPED e Congresso Brasileiro de Educação Especial) relacionadas ao objeto de estudo, no período de 2005 a 2010, esse período é um recorte temporal que compreende o período de implantação do Decreto.

Neste parecer, ao defender uma Base Nacional Curricular Comum à formação do professor e, também, a organização da formação docente, destaca-se a necessidade de maior articulação entre as instituições de educação superior e a de educação básica, onde a formação inicial e continuada deve contemplar os seguintes pontos:



I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;  
II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;  
III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;  
IV - atividades de socialização e avaliação dos impactos;  
V - aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores e à aprendizagem de Libras ([BRASIL, 2015, p. 24](#)).

Este parecer traz ainda alguns requisitos estruturais de currículo para a formação de professores de ensino fundamental e médio, com características atualizadas para o exercício da docência:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos, os conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. ([BRASIL, 2015, p. 30](#)).

#### 4.2 O problema nas especificidades do Ensino de Física e Libras

O ensino de Física, utilizando Libras, enfrenta algumas especificidades de adaptação e enculturação. As ciências exatas e da natureza apresentam uma forma de ser construída com um vocabulário específico e uma forma específica de ver a natureza que deve sofrer algumas modificações para o ensino de alunos surdos ou com algum tipo de deficiência:

Nesse sentido, é importante destacar que uma atividade experimental com alunos surdos deve ser diferente, devendo ser planejada conforme o contexto inclusivo ou bilíngue. Por exemplo, um contexto inclusivo com um intérprete em Libras mediando a comunicação entre o aluno e o professor ouvinte, as perguntas que os alunos surdos fazem ao professor dentro do laboratório precisam de uma atenção especial para o intérprete não fornecer as respostas que os alunos devem construir por conta própria. ([SILVA; CAMBUHY, 2013, p. 87](#)).



Existem duas principais considerações dentro do ensino de física, nesta perspectiva: a primeira ainda segundo Silva (2013) é a falta de sinais específicos para a área e também o fato de que a maioria dos intérpretes no Brasil ainda tem pouca experiência na área de Física o que acaba contribuindo para a falta entendimento da física por parte destes alunos.

Considerando a transposição de conceitos físicos através de outra língua (visual e espacial), são exigidos dos professores e intérpretes algumas habilidades que estão aquém dos cursos de formação de professores, ou seja, habilidades linguísticas e estratégicas de ensino de Física pautadas em uma didática visual (viso-didática). Tais habilidades só poderão ser adquiridas através de cursos de formação continuada específicas para professores que trabalham com surdos, ou cursos próprios de formação de professores estruturados para trabalhar com alunos surdos ([SILVA; CAMBUHY, 20013, p. 163](#)).

#### 4.3 Reestruturações

Ao pensarmos na necessidade da formação inicial dos professores de física, devemos pensar em duas vias. A primeira é enquadrar às licenciaturas as exigências do currículo e, a segunda é a preocupação com a especificidade de lecionar este campo.

Para trabalhar com alunos surdos, a formação de professores precisa ser diferente pois a maioria dos docentes precisa lidar com questões de ensino, linguagem, cultura surda, Libras, presença de outro dentro da sala de aula, dentre outros. Por conta de tudo isso, o sentimento de falta de preparo do professor de Física é latente, e as constantes trocas de intérpretes, assim como as formas de avaliação dos surdos cria um clima de insegurança e desconfiança ([SILVA; CAMBUHY, 2013, p. 163](#)).

O parecer CNE/CP nº2/2015 ([BRASIL, 2015](#)) dividiu o currículo em horas específicas de componentes curriculares divididos em: 400 horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; pelo

menos 2.200 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos I e II, conforme o projeto de curso da instituição; 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, como definido no núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, conforme o projeto de curso da instituição. Onde o ensino de Libras enquadra-se aos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias.

Utilizando como exemplo a licenciatura em Física da UNESP de Presidente Prudente a disciplina “Conteúdo e Didática de Libras” não foi a única implantada (deixando o caráter de disciplina optativa para disciplina obrigatória). A disciplina passou a ser obrigatória a todos os egressos do curso, a partir do ano de 2015.

### **3 Considerações finais**

Ao realizarmos este trabalho, procuramos demonstrar algumas implicações oriundas da obrigatoriedade da Libras, além das dificuldades da implantação da mesma nas licenciaturas em Física. Como resultado deste ensaio, encontramos uma dicotomia entre as leis que dizem respeito aos direitos das pessoas surdas e que implicam, por um lado, o ensino bilíngue ou traduzido e, por outro, a demora da implantação como obrigatória o ensino de Libras nos cursos de licenciatura (em relação à Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 ([BRASIL, 2002](#)) para o Parecer nº 2/2015 (BRASIL, 2015)). As dificuldades do trabalho docente, no caso da disciplina de Física, tornam-se claras pela falta de profissionais com o direcionamento em Ciências. Outro ponto a se destacar, foi que esta disciplina na graduação, nos levando a pensar de que forma as especificidades e a natureza desta ciência podem ser demonstradas através da Libras, considerando que, muitas vezes o formador não consegue proporcionar ao aluno da graduação um ensino interligado entre Libras e as disciplinas de Física.

## Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado.

## Referências

[BRASIL](#). Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/NhEbuk>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

[BRASIL](#). Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

[BRASIL](#). Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2005.

[FAZZIO, A; CHAVES, A.](#) (Org.). *Ciência para um Brasil Competitivo*. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2007. 100p.

[SANTOS, A. N.](#) Obrigatoriedade da inserção da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura: mais uma peça na engrenagem da produção do professor inclusivo. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), 2016, Curitiba. *Anais ... Curitiba: ANPED SUL*, 2016. p. 1-15.

[FLICK, U.](#) *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

[MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M.](#) *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

[SILVA, J.; CAMBUHY, F.](#) *O ensino de Física: Libras, bilinguismo e inclusão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. (Originalmente apresentada como tese de doutorado).

*Recebido em 04 de julho de 2017  
Aprovado em 17 de julho de 2017*

Para citar e referenciar este artigo:

SANTOS, Tais Andrade dos; SOUZA FILHO, Moacir Pereira. Ensino de Libras na formação inicial de professores dos cursos de licenciatura em Física: a

Ensino de Libras na formação inicial de professores dos cursos de licenciatura em Física: a obrigatoriedade por meio do Parecer CNE/CP nº2/2015

---

obrigatoriedade por meio do Parecer CNE/CP nº2/2015. *InFor, Inov. Form., Rev. NEaD-Unesp*, São Paulo, v. 3, n. 2, p.132-142, 2017. ISSN 2525-3476.